

THE PESTALOZZI UNITED SCHOOLS IN THE CITY OF JUIZ DE FORA/MG BETWEEN 1955 AND 1956

B. G. SOUZA¹, N. FRANCO²

Universidade Federal de Juiz de Fora*

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9870-0192>*
biag28@gmail.com*

Submetido 28/04/2025 - Aceito 03/12/2025

DOI: 10.15628/holos.2025.18554

ABSTRACT

We investigated the origins of the Pestalozzi Schools (ERP) in Juiz de Fora (JF), Minas Gerais (MG), opened in 1955. Our aim was to understand how the articulations between schooling policies for People with Disabilities (PwD) and the process of creating this school institution occurred. Methodologically, bibliographic, documentary and iconographic sources were correlated, supported by a qualitative research approach. The ERP was possibly the first Special Education (EE) institution in the city, created through demands from mothers of children with disabilities, occurred based on the articulations of

schooling policies, public authorities, philanthropy and social actors from the city's middle and upper classes. From 1980 onwards, the ERP took on a new configuration, becoming the Maria das Dores de Souza State School (EEMDS).

KEYWORDS: People With Disabilities, Special Education, Pestalozzi, Juiz de Fora.

AS ESCOLAS RUNITAS PESTALOZZI NA CIDADE DE JUIZ DE FORA/MG ENTRE OS ANOS DE 1955 E 1956

RESUMO

Investigamos as origens das Escolas Reunidas Pestalozzi (ERP) de Juiz de Fora (JF), Minas Gerais (MG), inauguradas em 1955. Nosso intuito foi compreender como se deram as articulações entre políticas de escolarização de Pessoas com Deficiência (PcD) e o processo de criação dessa instituição escolar. Metodologicamente, foram correlacionadas fontes bibliográficas, documentais e iconográficas, sustentadas sob uma abordagem de pesquisa qualitativa. Possivelmente, as ERP foram a primeira instituição de Educação Especial (EE) da cidade,

gerada por intermédio de reivindicações de mães de crianças com deficiência, inspirada na sociedade Pestalozzi de MG (SPMG). Conclui-se que o processo de criação das ERP de JF/MG se deu a partir das articulações das políticas de escolarização, do poder público, da filantropia e dos atores sociais das classes média e alta da cidade. A partir de 1980, as ERP assumem uma nova configuração, tornando-se a Escola Estadual Maria das Dores de Souza (EEMDS).

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com deficiência, Educação Especial, Pestalozzi, Juiz de Fora.



1 INTRODUÇÃO

Certamente, um dos objetivos da história pode ser, [...], lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer [uma] continuidade interrompida.

(Maurice Halbwachs, 1990, p. 55)

Corroborando a epígrafe, objetivamos estabelecer uma ponte entre o passado e o presente e instaurar uma continuidade interrompida, a fim de investigar e relatar uma história, que nos dê pistas sobre as origens da Escola Estadual Maria das Dores de Souza (EEMDS), anteriormente Escolas Reunidas Pestalozzi (ERP), uma instituição de Educação Especial (EE) da cidade de Juiz de Fora (JF) no Estado de Minas Gerais (MG), criada no ano de 1955.

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no ano de 2023, que teve por objetivo compreender as articulações entre políticas de escolarização de Pessoas com Deficiência (PcD) e o processo de criação, organização e desenvolvimento das ERP na cidade de JF/MG, entre os anos de 1955 e 1979. No entanto, focaremos, neste estudo, apenas em compreender as articulações entre as políticas de escolarização de PcD e o processo de criação das ERP de JF/MG, com ênfase nos dois primeiros anos de funcionamento da instituição, que abarcaram os anos de 1955 e 1956.

A pesquisa teve início em meio a inúmeras indagações que cercam a instituição estudada assim como a EE e a diversos outros estabelecimentos voltados somente para PcD. Dessa forma questionamos: “como e quando as EEMDS se originaram?”, “como se deram as articulações entre políticas de escolarização de PcD e o processo de criação da EEMDS?”. Essas problemáticas assumem relevância pelo fato de essa instituição de EE se encontrar em funcionamento até 2025, sendo a única da cidade de JF/MG. A EEMDS foi assim denominada no ano de 1980, mas sua gênese se encontra nas ERP¹, inauguradas em JF/MG em 1955.

Assim sendo, levantamos a hipótese de que a EEMDS, com sua gênese nas ERP, pode ter sido a primeira instituição voltada para PcD na cidade de JF/MG, sendo idealizada e concebida no município por se tratar de uma cidade de médio porte que apresentou uma demanda de serviços e atores influentes da sociedade, que obtiveram meios junto aos poderes público, privado e filantrópico para a construção de tal instituição, em um contexto histórico que favoreceu a criação de EE na época. Tal atuação incluiu a forte influência das mulheres em situações de lutas e movimentos sociais e a influência da igreja nas demandas sociais de cunho educacional e filantrópico aliadas à omissão do governo nas causas referentes às PcD.

¹ As ERP têm sua origem nas Associações Pestalozzi, que fazem parte do movimento Pestalozziano iniciado no Brasil em 1926, em Porto Alegre, através da criação do Instituto Pestalozzi de Canoas. Johann Heinrich Pestalozzi, que dá nome ao movimento, é um estudioso suíço, nascido em 1746, em Zurique (Nossa, 2022; Adorno, Miguel, 2019).

Nosso caminho metodológico baseia-se na correlação de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas², e a caminhada em busca dessas fontes iniciou-se em 2021 e estendeu-se até 2023, dividindo-se em 6 momentos.

Tivemos acesso a fontes oriundas de arquivos públicos de âmbito estadual (escolar e a Fundação Helena Antipoff), municipal (arquivo histórico da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF)) e federal (arquivo central da UFJF) e também provenientes de arquivos particulares de professoras que atuaram nas ERP. Entre as fontes documentais utilizadas, encontram-se o Decreto nº 7.790-A, a Revista Pestalozzi de JF (Souza, 1957), o Livro de Resultados Finais (1957 - 1989) e Jornais da época. Teoricamente sustentamo-nos em Maurice Halbwachs (1990), Marc Bloch (2001) e Paloma de Oliveira (2012) etc. para a contextualização histórica e social do objeto investigado e nos ancoramos em González Rey (2005), André Cellard (2008) e Carlos Barcellar (2008) para a organização metodológica, e Gilberta Jannuzzi (2012), Marcos Mazzotta (2011) e Romeu Sassaki (2006) nos ancoram em algumas reflexões sobre a EE.

Para contar essa pequena parte da história das ERP de JF/MG, todos os percursos e achados foram de suma importância, pois nos auxiliaram a compreender como se deram as articulações entre as políticas de escolarização de PCD e o processo de criação da instituição, em especial nos dois primeiros anos de funcionamento da instituição, que foram caracterizados como uma fase de adaptação em que alunos, professoras e comunidade escolar ajustaram-se à nova situação. Assim, apresentaremos, na seção seguinte, a metodologia que nos permitiu prosseguir na pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os aspectos teóricos que embasam a pesquisa se referem a reflexões pautadas por estudiosos como Halbwachs (1990) e Bloch (2001), que enfatizam a ideia de que a pesquisa científica nos possibilita a construção de pontes e rupturas, através do estudo do percurso histórico de determinado evento. Além disso, utilizamos um amplo acervo legislativo para compreender como as normativas influenciaram a criação das ERP. Apoiamo-nos, ainda, em Hilsdorf (2006) e Oliveira (2012) para entender melhor o processo de surgimento da escola moderna e o panorama assistencialista da cidade de JF até a criação das ERP. Aliado a isso, Mazzotta (2011) nos auxiliou, apresentando a história da EE em nível nacional e as políticas públicas iniciais que respaldaram as principais iniciativas da época.

A partir dessa percepção, alinhamo-nos a outros autores que nos respaldaram, dando solidez ao trabalho e nos ajudando a relatar um pouco da trajetória histórica que se constituiu

² Nenhuma fonte iconográfica oriunda do arquivo particular, citado neste estudo, foi utilizada neste artigo, pois ele representa um recorte de um trabalho maior, a dissertação de mestrado. Contudo, mantivemos a metodologia completa, pois, cada fase fez parte do processo investigativo que possibilitou a construção desse novo conhecimento (Rey, 2005).

anteriormente e no decorrer da criação da escola para que esta pudesse ser construída e permanecesse em funcionamento.

Já em relação aos aspectos relacionados a EE, nós nos ancoramos em Jannuzzi (2012), Mazzotta (2011) e Sassaki (2006), que se empenham em compreender o que esse período, com início na década de 1950 no Brasil, de grande impacto da EE, significou para o processo de escolarização de PCD. Nesse contexto, Sassaki (2006, p. 16) destaca que “A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população[...], de modo a resultar em um atendimento segregatório dentro das instituições, para uma posterior integração social e atual inclusão.

Diante disso, é importante salientar que o recorte temporal da investigação, 1955 e 1956, comprehende uma época na qual os elementos teóricos que os alicerçaram se referiam ao período da integração social, que correspondeu ao modelo médico da deficiência. Na perspectiva desse modelo, segundo Sassaki (2006), a PCD representava um “problema”, assim precisava ser curada e reabilitada para se adequar à sociedade. Ou seja, a sociedade resistia em aceitar a sua necessidade de mudar suas atitudes e estruturas, bastando então criar um tipo de serviço para solucionar os seus “problemas”.

Em sua maioria, esses estabelecimentos eram criados por pessoas ligadas à área médica, devido ao fato de a medicina ter tido grande influência nas propostas educacionais para PCD, por ser uma das áreas do ensino superior mais antigas do Brasil, juntamente com o ensino militar, atingindo as escolas, entre outras formas, através de medidas de higiene (Jannuzzi, 2012).

O despertar dos médicos nesse campo educacional pode ser interpretado [também] como procura de respostas ao desafio apresentado pelos casos mais graves, resistentes ao tratamento exclusivamente terapêutico, quer no atendimento clínico particular, quer no, muitas vezes, encontro doloroso de crianças misturadas às diversas anomalias nos locais que abrigavam todo tipo de doente, inclusive os loucos (Jannuzzi, 2012, p. 27).

Dessa forma, constatamos que o modelo médico da deficiência teve grande influência nas instituições de EE, assim como nas ERP. Vários pontos podem ser observados ao analisar os termos utilizados, os espaços ocupados, os testes realizados e os comportamentos e as atitudes da época, que associavam a deficiência, principalmente a intelectual, a problemas de saúde (Jannuzzi, 2012). Associado a isso, os contextos históricos e sociais da época, bem como as legislações e as políticas públicas, foram fundamentais para a criação das ERP. A seguir, apresentamos o percurso metodológico adotado nesta pesquisa.

3 TRAJETO METODOLÓGICO

A pesquisa se estruturou sob uma abordagem qualitativa, baseada na correlação de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas. A caminhada em busca das fontes iniciou-se em 2021 e estendeu-se até 2023, dividindo-se em 6 momentos.

Em vista disso, recorremos a González Rey (2005) ao afirmar que a epistemologia qualitativa propõe uma análise construtiva-interpretativa, que se constitui em dois níveis: construtivista, com o objetivo de construir o que está fora, e interpretativa, que objetiva organizar intrinsecamente um novo conhecimento. Desse modo, a pesquisa propõe-se a explorar as questões que serão postas e interpretá-las em prol de construir esse novo conhecimento no sentido de investigar os significados atribuídos ao processo de criação dessa instituição.

Dessa maneira, investigamos as origens da EEMDS, a fim de buscar compreender como se deram as articulações estabelecidas entre as políticas de escolarização de PCD e o processo de criação com ênfase nos seus dois primeiros anos de funcionamento. Para tanto, sugerimos uma correlação de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas. Segundo Carlos Bacellar (2008), ao se propor um tema e iniciar uma pesquisa, exige-se a localização de fontes, verificando quais conjuntos de documentos poderiam ser investigados em busca de referências.

Dessa forma, o estudo se baseou, mais especificamente, na pesquisa documental, já que necessitávamos de informações sobre a instituição investigada para entendermos seu processo de criação. De acordo com André Cellard (2008), trata-se de um desafio definir o documento, pois ele constrói a história, que é uma das principais ferramentas de todas as ciências sociais. Para ele, o conceito de documento aplicado quase exclusivamente ao texto escrito e particularmente aos arquivos sociais ampliou-se. A noção de documento, com a história social, devido à evolução da disciplina História, passou a ser: “De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’ como é mais comum dizer atualmente.” (Cellard, 2008, p. 296).

Os testemunhos para a construção dessas informações evidentemente se materializariam em forma de material escrito e iconográfico, de forma a considerar que nosso foco se estrutura na busca de um passado não tão próximo. Bloch (2001, p. 73) chamou de testemunho o que nos permitiu e ainda permite o estudo do passado e afirma que os vestígios do passado podem ser testemunhos escritos ou não escritos. Fala também sobre documentos materiais quando cita artefatos antigos, como contas de colar, entre outros. Logo, “[...] o que entendemos efetivamente por documentos senão um ‘vestígio’, quer dizer a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar.”

Desse modo, “documentos” podem ser textos escritos, como também documentos de natureza icnográfica, cinematográfica, qualquer outro tipo de testemunho registrado, relatório de entrevista ou anotações feitas durante observações etc. (Cellard, 2008).

As investigações por fontes, sendo elas bibliográficas, documentais ou iconográficas, tornaram-se um difícil desafio durante a trajetória de pesquisa. Devido ao percurso investigativo intenso, que foi se desenvolvendo, as buscas por fontes foram divididas em 6 momentos:

- 1) Visitamos a EMDS, onde tivemos acesso ao Regimento Escolar (RE, 2014), ao Projeto Político Pedagógico (PPP 2017, 2019) e ao Livro de Resultados Finais (1957 – 1989);
- 2) Fomos ao Arquivo Central da UFJF e encontramos um livro de capa dura nomeado de “História da Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora”, o qual se tratava de um “álbum” de recortes de jornais com notinhas sobre as ERP;
- 3) Em visita à casa de Maria Mendes³, ex-professora das ERP, algumas fotografias nos foram cedidas gentilmente pela professora;
- 4) Entramos em contato com a Biblioteca Murilo Mendes. Nela encontramos um livro que relata a história da cidade, com o título “Juiz de Fora Vivendo a História”, e o livro indicado por uma arquivista voluntária chamado “Vinde a mim os pequeninos – Políticas de educação e assistência às infâncias” (Oliveira, 1994; Oliveira, 2012), que nos deu uma visão geral de como eram as políticas públicas de assistência no século XIX na cidade de JF;
- 5) Acessamos o Arquivo Histórico da PJF e encontramos algumas notas de jornais do Diário Mercantil;
- 6) Visitamos o Acervo Histórico – Fundação Helena Antipoff, que se localiza na cidade de Ibirité/MG, onde encontramos a Revista Pestalozzi publicada pelas ERP no ano de 1957.

Após longo percurso de investigação de fontes e com base nos resultados encontrados, constatamos que o lócus investigativo do estudo são as ERP de JF/MG, que, pela Lei nº 4.710 de 25 de agosto de 1955, tornaram-se Escola Estadual pela publicação no Diário Oficial – DO/MG, em 09 de junho de 1976, a qual passou a ser chamada de Escola Estadual Maria das Dores de Souza em 1980. É, hoje, uma instituição que atende alunos no apoio e na complementação, seguindo o Guia de Orientação da EE na rede estadual de ensino de MG (Minas Gerais, 2014).

Conclui-se, desse modo, que a história está em movimento, porque ela conta a narrativa de homens e mulheres no tempo, o qual é contínuo e também está em perpétua mudança. Na pesquisa histórica, valemo-nos do tempo passado, dos períodos, dos recortes, não de forma isolada, mas em contextos com outros segmentos que constituem/constituíram o fenômeno social estudado, devendo o (a) pesquisador (a), através de uma observação crítica das fontes, buscar compreendê-la antes de julgá-la, sem, contudo, ser isento, pois é crucial interpretar os vestígios do passado para entender o presente (Bloch, 2001).

³ Maria Mendes é nome fictício escolhido por nós para representar a professora primária que nos cedeu as fotografias, no intuito de não a expor. Entramos em contato com a professora com a intenção de pedir a indicação de nome para ser usado no trabalho, porém não obtivemos resposta.

4 ERP DE JF/MG: O PROCESSO DE CRIAÇÃO

A partir da análise dos achados encontrados em meio aos percursos que investigamos, foi possível construir uma ponte e instaurar uma continuidade interrompida, assim como reunir pequenos e grandes fatos que fizeram parte da história passada e ressignificá-los no presente e, com isso, preencher, dentro do possível, lacunas existentes (Halbwach, 1990).

Alinhado a isso, Bloch (2001) nos estimula a refletir sobre o percurso histórico que influencia ou influenciou o processo de criação/finalização de um determinado fenômeno, como, por exemplo, as circunstâncias em que esse fenômeno está inserido, assim como possíveis transformações e consequências disso para a sociedade. Dessa forma, propusemo-nos a realizar este estudo cientes de que várias foram as mudanças ocorridas e os efeitos gerados, todavia nos empenhamos ao máximo em nos aproximar dos acontecimentos da época no intuito de preencher lacunas, compreender os cenários e ampliar as discussões sobre as origens das ERP/JF.

Ao olhar para o passado, destaca-se que as ERP foram criadas em meio a um contexto estadual e nacional em ascensão, quando se tratava de políticas públicas e de possibilidades para escolarização e atendimento à PCD, demarcado em MG pelo Decreto 7.970-A de 1927, que inaugurou a chegada de PCD às escolas. Em contrapartida, observou-se uma conjuntura local (JF) escassa referente às oportunidades de escolarização e assistência relacionada ao mesmo público no decorrer dos próximos anos.

Referente a isso, de acordo com as investigações, não há registros de escolarização institucionalizada para esse público em JF/MG no século XIX. Desse modo, buscamos identificar se haviam outras formas de atendimento por meio do assistencialismo filantrópico ou pelo poder público.

Por meio da obra de Paloma de Oliveira (2012), pode-se ter uma ideia geral de como eram as políticas públicas de assistência no século XIX em JF/MG, mesmo que o público ainda não fosse voltado para PCD e nem abranja o recorte temporal da investigação. O texto evidencia ainda que, diante da expansão do ensino laico, resultado da separação entre Igreja e Estado, a Igreja iniciou um processo de reforçar a educação de acordo com seus preceitos, e o poder público se mostrou aberto à fundação e ao desenvolvimento de instituições católicas ou dirigidas por religiosos (Oliveira, 2012).

Isso se deu, também, porque, segundo Oliveira (2012), na segunda metade do século XIX até meados do século XX, a criança passou a ser o foco da atenção dos adultos, mais especificamente entre moralistas, educadores, médicos e juristas. Houve, então, mudanças na concepção da infância e no modelo institucional de assistência: “[...] já nas primeiras décadas do século XX, alguns autores observaram uma consolidação do modelo institucional, baseado na internação da criança ‘em perigo’ ou ‘perigosa’ em instituições fechadas.” (Oliveira, 2012, p. 12).

Observa-se, desse modo, que não foram encontrados estabelecimentos para PCD em JF/MG até meados do século XX. Isso foi ratificado por um relato da professora Áurea Nardelli em nota de jornal já nos anos de 1950 (Criança, 1957).

Na década de 1950, JF/MG passava por um período de intensas modificações, com evidenciado desenvolvimento industrial, reflexo da modernização capitalista, civilizando-se nos moldes dos centros europeus e americanos e fugindo à tradição escravagista. Foi fundado o colégio Grambery, pelos metodistas, espaço que quase foi sede para as ERP de JF/MG. Além disso, a igreja católica também se estabeleceu, como visto anteriormente, e influenciou na criação de estabelecimentos de ensino, assumindo um papel importante na criação da instituição investigada (Oliveira, 1994).

Em relação à educação de PCD, em torno de 1955, a professora Áurea Nardelli, em nota no Jornal Diário Mercantil, no dia 16 de março de 1955, intitulada "Crianças Excepcionais", relata que a falta de assistência às crianças excepcionais sempre foi uma preocupação. Houve tentativas de melhoria desse quadro junto aos poderes públicos, porém nada realizado, desconsiderando os apelos das famílias, por falta de conhecimentos especializados sobre a temática. A professora cita ainda a Sociedade Pestalozzi criada por Helena Antipoff e que havia um grupo de mães indo a Belo Horizonte pedir a Juscelino Kubitschek, governador do Estado na época, a instalação de uma instituição especializada em JF/MG, como descrito na Figura 1 a seguir.



Figura 1: "Crianças Excepcionais – Aurea Nardelli"

Enfatiza-se, ainda, que o Jornal Diário Mercantil, segundo Musse (2008, p. 1), foi um jornal de grande relevância nas décadas de 1950, 1960 e 1970, que circulou nos lares juiz-foranos por mais de 70 anos consecutivos e representava “[...] o pensamento das elites políticas, econômicas e intelectuais da cidade de JF/MG. [Sendo um] documento indispensável à compreensão da história daquele centro urbano [...]”. Contata-se, dessa maneira, que pessoas, espaços e grupos que exerciam certa influência na cidade teriam notoriedade para sair em notas de jornais, como a professora Áurea Nardelli e a Sociedade Pestalozzi.

Contudo, mostrando a relevância e a influência das ERP de JF/MG, outros jornais impressos também emitiram notas sobre a instituição, como a Folha Mineira de Belo Horizonte no dia 21 de março de 1955 apresentada na Figura 2.

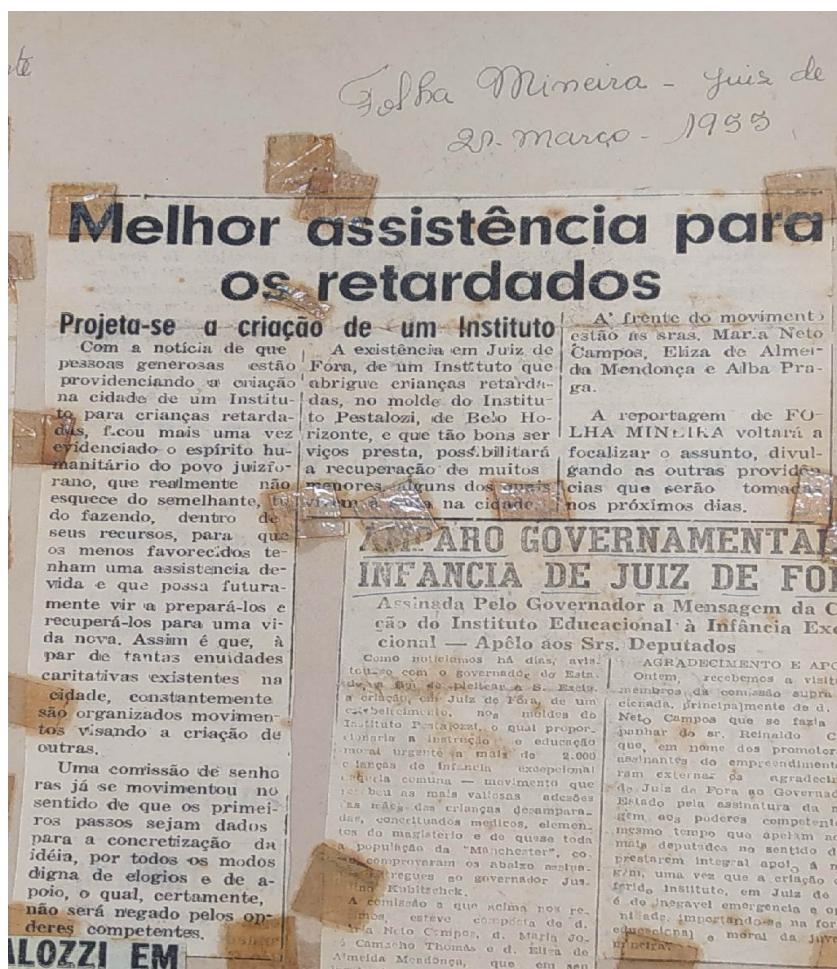


Figura 2: Folha Mineira

Com o título “Melhor assistência para os retardados”, a notinha noticia que se projetava a criação de um instituto, por meio de pessoas generosas que estavam providenciando a criação de uma instituição para “retardados”, evidenciando o espírito humanitário dos juiz-foranos. O jornal enfatiza, ainda, “[...] a existência em Juiz de Fora, de um Instituto que abrigue crianças ‘retardadas’, no molde do Instituto Pestalozzi, de Belo Horizonte, e que tão bons serviços presta, possibilitará a recuperação de muitos menores [...]” (A cidade, 2023).

A notícia reforça que a instituição seguirá os modelos do Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte e a ideia de que as PCD precisam ser recuperadas, o que reflete o pensamento médico da deficiência da época (Sassaki, 2006). Diante de tal cenário, criam-se as ERP de JF/MG a partir do Decreto nº 4710 de 25 de agosto de 1955, que reuniu classes especializadas no atendimento de PCD.

O evento demarca uma época de grande explosão de criação de instituições voltadas para a educação de PCD, as quais ofereceriam aos (às) alunos a conclusão da 4º série do ensino fundamental, como a quase totalidade das escolas públicas (Souza, 2019). Segundo Mazzotta (2011), antes de 1950, existiam iniciativas oficiais e particulares isoladas, totalizando 54 estabelecimentos de ensino regular e 11 instituições especializadas. Ainda segundo o autor, as iniciativas a nível nacional de atendimento aos (às) “excepcionais” iniciaram com a criação de campanhas, dentre as quais a primeira foi intitulada Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 03 de dezembro de 1957, sob o Decreto Federal nº 42.728 (Brasil, 1957).

Segundo relato da professora Maria das Dores, a diretora da escola na época, “No pequeno espaço de um mês, foi preparado um ambiente para receber 54 crianças, inicialmente. A dedicação e boa vontade e o amor ao trabalho, supriram faltas de um material incompleto e de uma preparação pouco amadurecida.” (Souza, 1957, p. 21). A fala da professora pode ser corroborada por notinha de jornal da época, que relatou a luta e a força dos criadores, que, em 3 meses, conseguiram colocar de pé um sonho que, apesar das questões financeiras, contou com a ajuda solidária de membros da sociedade e, assim, foi um grande sucesso.

Uma característica marcante das instituições escolares e assistencialistas no período em que as ERP de JF/MG foram criadas era a estreita relação entre o poder público e a filantropia, pois, conforme já dito, havia certa omissão dos governos em relação à escolarização de PCD, pois o interesse de investimento se dirigia ao setor privado. Contudo, mesmo com verbas advindas do setor público, ainda era necessária a realização de eventos produzidos pela própria instituição para arrecadação de fundos, como pode ser visto em nota de jornal da época: “Movimento financeiro deficitário da Sociedade Pestalozzi de JF; A finalidade da sociedade; Elementos da atual diretoria; Realizações; O grande sonho; Recursos Financeiros”.

A sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora, levando-se em consideração o seu pouco tempo de vida, já conseguiu realizar aquilo que muitas entidades congêneres do País não alcançaram. Em menos de três meses, tornou em realidade o seu ideal, apesar das dificuldades que encontrou, desde a mais importante, que é a financeira, até aquela que não é também ponderável, como a solidariedade do povo. Como vimos desde de três meses, era uma realidade a Sociedade e, em pouco tempo mais

criou-se o Instituto, que iniciou em nossa cidade uma obra de redenção da criança, que mais requer carinho – a criança deficitária. Pois bem, não podemos deixar de revelar a luta que tiveram os criadores da Sociedade e o trabalho que tiveram que desempenhar para que a mesma pudesse subsistir e criar o Instituto. Pergunta-se: Como conseguiram isto? A resposta é muito simples: foi organizado festivais artísticos, desfiles de modas, etc. É bem possível que o leitor ainda se recorde do primeiro grande festival que houve, aquele que foi denominado de “Festival da Solidariedade” realizado em 8 julho de 1955. Logo em seguida, a Campanha Teatral do SESI, cooperando com a sociedade, ofereceu uma apresentação de seus artistas, o palco do extinto Cine Glória. E finalmente lembramos uma festa que alcançou um grande sucesso, dada a sua beleza e originalidade, sendo mesma uma festa inédita, aquela realizada nos salões do Palace Hotel, e cuja a denominação foi “Desfile de Penteados”. E, portanto, realizando estas festividades que a Sociedade procura aumentar os seus recursos financeiros, para que possa melhor ajudar a suprir as necessidades do Instituto, para que possa mais eficientemente empenhar o seu trabalho em prol dos menores a que se dedica. (Diário Mercantil, 1955, n. p.).

A notinha de jornal acima, além de confirmar a fala da professora Maria das Dores, traz outros detalhes que nos levaram a refletir sobre a real relevância da criação da instituição na cidade. A sua constituição representou bem mais que um espaço para a escolarização e para a assistência para PCD, mas também a possibilidade de que atores de classe social média e alta de JF/MG tivessem a oportunidade de exercer a caridade e a solidariedade com a causa de redenção da criança desvalida, como consta em nota de jornal, embora isso não fosse de caráter genuíno, mas sim uma forma de essa classe se redimir de suas próprias culpas e remorsos (Borges; Barbosa, 2019; Santana, 2007; Oliveira, 2012).

Constata-se, então, que existia uma complexa rede de interesses entre atores sociais que compunham a direção, a organização e o auxílio das instituições filantrópicas e caritativas da sociedade brasileira entre os anos de 1900 (Oliveira, 2012). Ainda assim, mesmo em condições adversas, as ERP de JF/MG se constituíram, organizaram-se e se desenvolveram. O processo de criação das ERP de JF/MG representou um acontecimento importante para cidade, pois deu-se início à escolarização de PCD, que, até então, não tinham acesso a nenhum tipo de assistência ou educação. Tal fato acarretou transformações que causam impacto até hoje na cidade, vide a existência da escola até os dias atuais (Bloch, 2001).

Dessa forma, reflete-se, não com o intuito de desmerecer as reais intenções por parte das mulheres e das mães que saíram em busca de assinaturas em prol da criação de um espaço que pudesse receber seus filhos com algum tipo de deficiência, porém com o objetivo apresentar o processo de origem das ERP de JF/MG e problematizar como a criação dessas instituições não tinha um caráter puramente filantrópico e social, mas também carregava certa vaidade trazida por aqueles que se envolviam nessas ações para se autoafirmarem enquanto pessoas de bem, nas camadas sociais mais altas e, em muitos casos, servir como cortina de fumaça para omitir as obrigações do Estado (Oliveira, 2012). Apresentamos e contextualizamos, a seguir, os dois primeiros anos de funcionamento das ERP de JF/MG.

5 ERP DE JF/MG: OS DOIS PRIMEIROS ANOS

A partir da observação da Tabela 1, abaixo, e ancorados na fala da professora Maria das Dores de Souza, descritas na Revista Pestalozzi (1957), de 1º de agosto a 1º de novembro, respectivamente, demarcando a abertura das ERP de JF/MG e o início do período de matrícula, compreenderam-se um mês para que a escola preparasse o ambiente para receber 54 alunos matriculados, como é possível observar na Tabela 1, abaixo (Souza, 1957; Pestalozzi, 1956):

Tabela 1: Cronologia das Escolas Reunidas Pestalozzi de JF

Data	Ano	Evento
29/06	1955	Criação da Sociedade Pestalozzi de JF
01/08	1955	Funcionamento das ERP aprovado pela Lei de 25/08/1955
01/08	1955	Início do período de matrícula
19/08	1955	Encerramento do período de matrícula
21/08	1955	Solenidade de abertura do Instituto Pestalozzi de JF
01/09	1955	Início do ano letivo
30/11	1955	Encerramento do ano letivo

A Tabela 1, acima, apresenta a cronologia das primeiras ações realizadas pelas ERP, que, devido ao início do ano letivo em 01/09/1955, não ultrapassaram 4 meses de funcionamento em seu primeiro ano de abertura. A preparação do ambiente ocorreu com a organização de materiais e mobiliários escolares, construção de biblioteca, galpão e enfermaria, entre outras adaptações que foram providenciadas pela Sociedade Pestalozzi.

Após análises das fontes documentais disponíveis, acredita-se que, no ano de 1955, a instituição passou por um período de adaptação. Em seu primeiro ano de funcionamento, as ERP localizavam-se à Av. Rio Branco, 2644, espaço que não oferecia condições plausíveis para uma educação de qualidade para os alunos (Minas Gerais, 2014; Souza, 2019). Esse fator pode estar relacionado ao modelo de instituição escolhida, como, por exemplo, Escolas Reunidas.

Mas, por que Escolas Reunidas? Naquele período, não se questionava o tipo de instituição que seria criada. Entretanto, de acordo com Gouvêa e Souza (2016, p. 1), “[...] as chamadas escolas isoladas e reunidas, cujas condições de financiamento e manutenção eram precárias [...]”, eram um modelo educacional similar ao Grupo Escolar, no entanto mais barato. Provavelmente, como pode ser visto na fala de Lopes (2006, p. 74), constatou-se que a escolha “[...] do modelo escolar reunidas ocorreu, principalmente, em decorrência de seu baixo custo em relação ao grupo escolar, e por apresentar a vantagem de, ao agrupar as escolas isoladas, proporcionar maior controle do trabalho docente e economia com aluguéis, para o Governo”.

Já em relação ao processo de seriação, a instituição baseou-se no programa do Curso Primário do Estado de Minas Gerais: cursos pré-primário, 1º e 2º série e o jardim de infância, com crianças com idade mental inferior a 5 anos de idade, com o intuito de oferecer formação até a 4º série para alunos com deficiência de ambos os gêneros, entre 3 e 12 anos, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Pestalozzi, 1957). Todavia, de acordo com o Livro de Resultados Finais (1957 a 1989),



concluiu-se que a escola tinha autonomia para criar critérios para resolver as demandas do corpo discente até que cumprisse “os 7 anos letivos” referentes aos 3 períodos da educação infantil e as 4 séries do ensino fundamental, sendo avaliados de acordo com o seu processo de ensino aprendizagem e com os critérios estipulados para ocupação de classes ou turmas.

Por sua vez, referente à organização das disciplinas curriculares, a escola seguia as determinações da Secretaria de Educação de MG e acompanhava o programa/currículo da época para as demais deficiências e seguia o programa educacional adotado pelo Instituto Nacional de Surdos Mudos; por isso, eram dados conteúdos de leitura, escrita, aritmética, civilidade, religião, trabalhos manuais etc., aspecto evidenciado no Livro de Resultado Final (1957 a 1989) e na Revista Pestalozzi (1957) (Pestalozzi, 1957; Paprocki, 1957).

Esses conteúdos eram trabalhados baseados no método intuitivo inspirado em Pestalozzi com aulas práticas, ativas, com utilização de materiais concretos e uso de exemplos. O modelo Pestalozziano de ensino se distanciava do rigor, da disciplina e da ordem, construídos sob o alicerce da razão nos séculos XVII e XVIII. Pestalozzi buscava aproximar sua prática educativa baseada nos sentimentos de amor, justiça, bondade natural, intuição, localizados na vida comunitária e familiar (Hilsdorf, 2006).

O trabalho manual era uma característica forte das instituições Pestalozzi, e esse fato foi mostrado também no Boletim Pestalozzi, trazendo ideias para jogos educativos e artesanatos com bambu, que possibilitavam diversos trabalhos, entre eles o de geometria. Esses trabalhos também eram realizados e apreendidos nos cursos de Especialização Emendativa, realizados na Fazenda do Rosário, em Belo Horizonte (Boletim Pestalozzi, 1966).

À vista disso, podemos ter uma noção um pouco mais específica de como o trabalho escolar era realizado, não somente nas ERP, como também constatar as influências advindas de Helena Antipoff e o seu legado materializado na SPMG e na Fazenda do Rosário, que serviram como modelo para a criação das ERP/JF (Boletim Pestalozzi, 1966).

Ademais, o olhar das professoras em relação ao trato com a deficiência era pautado no entendimento e no conhecimento apreendidos e adquiridos por elas, compatíveis com o pensamento da época, quando se acreditava que a escola tinha o papel de “adestrar”, “normatizar” e “enquadrar” PCD às normas da sociedade (Souza, 1957; Paprocki, 1957; Sasaki, 2006).

Para além das temáticas abordadas na Revista Pestalozzi (1957), ela representa um grande marco educacional, pois representa um avanço científico para a EE e a cidade de JF/MG, visto que se trata de uma publicação realizada 66 anos atrás, período aproximado que provavelmente marcou o início da escolarização para PCD na cidade. Por conseguinte, destaca-se que os dois primeiros anos de abertura das ERP (1955 e 1966) foram produtivos, tendo por volta de 101 estudantes, 16 funcionários, entre professoras, diretora e equipe especializada (Souza, 1957).

Dessa maneira, com o objetivo de problematizar os apontamentos dos parágrafos anteriores, à luz de autores conceituados da área da EE, como Jannuzzi (2012) e Mazzotta (2011), que buscaram e ainda buscam compreender o que esse período, com início na década de 1950 no Brasil, de grande aumento de EE correspondeu para o processo de escolarização institucionalizada de PCD, salientam-se alguns pontos: a escolarização de PCD representou avanços ou reafirmou o lugar do sujeito normatizado? Como podemos ponderar essa perspectiva, pois falamos de duas



verdades? A primeira verdade é que, naquela época, a EE possibilitou o acesso de PCD no sistema de ensino institucionalizado, ao mesmo tempo em que queria normatizá-las, apontando a segunda verdade.

Talvez, a única forma de ponderar essa situação é ter o entendimento claro sobre os contextos políticos, econômicos, sociais e educacionais que perpassaram aquele período, quando as instituições fizeram parte e como elas se constituíram para assim podermos compreendê-las como avanço para o campo da EE, por se referir à afirmação do direito à Educação. Segundo Arlete Miranda (2008, p. 30): “Podemos constatar que as diversas formas de lidar com as pessoas que apresentavam deficiência refletem a estrutura econômica, social e política do momento [...]”, e, naquela época, a educação de PCD era afetada pelos campos da medicina e da psicologia.

Com isso, os indícios apontam que a instituição foi criada e se ergueu em um ambiente ainda pouco favorável para o oferecimento de aulas, devido às más condições do espaço e a um corpo docente, até então, que se ajustava àquele modelo de instituição e de ensino (Souza, 1957; Paprocki, 1957).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando-se de uma abordagem qualitativa e da correlação de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas, almeja-se que pontes tenham sido construídas e que novos e velhos conhecimentos tenham sido reagrupados ao redor de novas premissas (Halbwachs, 1990) em prol de dar respostas ao que se comprometeu o estudo: investigar as origens da EEMDS de JF/MG, inicialmente ERP, buscando compreender o seu processo de criação e apresentando e contextualizando os seus dois primeiros anos de funcionamento.

No primeiro momento, visitamos as EEMDS e tivemos acesso a alguns documentos escolares, entre eles: PPP, RE e livros de registros. No segundo momento, fomos ao Arquivo Central da UFJF e encontramos um livro com recortes de jornais entre outros documentos. Já no terceiro momento, entramos em contato com fotografias antigas, por meio de uma ex-professora da escola e, na quarta etapa, visitamos a Biblioteca Murilo Mentes e achamos um livro do século XIX que falava sobre o assistencialismo na cidade de JF. Na quinta fase, estivemos no Arquivo Histórico da PJF e, no sexto passo, visitamos o Acervo Helena Antipoff, em Ibirité, região metropolitana de BH.

Em mãos com os respectivos achados, deu-se início ao processo de análise, e chegamos à primeira evidência: a EEMDS foi assim denominada no ano de 1980, mas sua gênese se encontra nas ERP, inauguradas em JF em 1955. Dessa maneira, entre 1955 e 1956, a instituição passou por um período de criação e adaptação.

Nossos dados nos levam a indicar que as ERP de JF/MG foram a primeira instituição de cunho educacional e assistencialista da cidade de JF/MG que possibilitou o acesso à educação a PCD por meio da união do setor público e privado com fins filantrópicos. Vislumbra-se, assim, um contexto histórico favorável nos âmbitos econômicos, sociais, políticos e educacionais que atendesse ao

público da EE ao mesmo tempo em que possibilitava que um segmento das classes mais altas/médias juizforanas exercesse o seu chamado à caridade.

Nesse processo, a escola foi criada em um contexto histórico nacional e estadual favorável em relação às questões ligadas à EE, associado a um cenário juizforano escasso em relação ao acesso de PCD e ao forte protagonismo de mulheres em contextos de lutas, aliado ainda, à influência de atores sociais da classe média/alta de JF, aos setores religiosos e à omissão do governo. Logo, investiu-se na parceria poder/público/filantropia, que possibilitou, por meio de articulações políticas de escolarização, como o Decreto nº 7.790 de 1927 de MG, a criação das ERP de JF/MG.

Esse processo se deu a partir da criação da Sociedade Pestalozzi, e posterior Instituto Pestalozzi, sendo as ERP/JF, possivelmente, a primeira instituição de EE criada por intermédio de um grupo de mães da cidade de JF, inspirada na Sociedade Pestalozzi de MG (SPMG), que, durante período de 2 anos (1955 a 1956), atenderam cerca de 101 alunos, com o objetivo de lhes proporcionar formação até 4º série do ensino fundamental. Todavia, as condições eram pouco favoráveis para um ensino de qualidade, restando à instituição recorrer, além de à ajuda do governo, também às ações ligadas à caridade, por intermédio de festas com fins lucrativos que tinham o intuito de suprir as necessidades financeiras da instituição.

Dessa forma, conclui-se que o processo de criação das ERP de JF/MG se deu a partir das articulações de políticas de escolarização, poder público, filantropia e atores sociais de classes média/alta da cidade. Contudo, não há a intenção de desmerecer a luta de mães e mulheres que encabeçaram a empreitada, mas de problematizar o movimento por trás da criação dessas instituições, que não tinha um caráter puramente filantrópico e social, mas também carregava certa vaidade social alimentada por aqueles que se envolviam nessas ações para se autoafirmarem enquanto pessoas de bem, nas camadas sociais mais altas e, em muitos casos, servir como cortina de fumaça para omitir as obrigações do Estado.

Por fim, ressalta-se que não tivemos a pretensão de esgotar o tema, portanto sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas em prol do enriquecimento e da ampliação da área da EE.

7 REFERÊNCIAS

- Portal PJF. (2018). *Portal PJF / CIDADE / Características Gerais*. Mg.gov.br. <https://www.pjf.mg.gov.br/institucional/cidade/caracteristicas.php>
- Adorno, TLF, Miguel, MEB, Adorno, TLF, & Miguel, MEB (2020). A metodologia de Pestalozzi e o ideário da Escola Nova. *Acta Scientiarum. Educação*, 42 . <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v42i1.48511>
- Bacellar, C. (2008). Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In C. B. Pinsky (Org.), *Fontes históricas* (2a ed., pp. 1-302). São Paulo: Contexto.
- Bloch, M. (2001). *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brasil. (1957). *Decreto nº 42.728, de 03 de dezembro de 1957*. Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. Rio de Janeiro. Recuperado em 10 de julho de 2023, de <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/91724-institui-a-campanha-para-a-educação-do-surdo-brasileiro.html>
- Cellard, A. (2008). Análise documental. In J. Poupart et al. (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos* (pp. 295-316). Petrópolis: Vozes.
- Crianças excepcionais. (1955, 16 de março). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora
- (2016). Escolas isoladas e reunidas: a produção da invisibilidade [Review of *Escolas isoladas e reunidas: a produção da invisibilidade*]. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, 16(2). 299-231. https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40758/pdf_121
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Hilsdorf, M. L. S. (2006). *O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada*.
- Jannuzzi, G. de M. (2012). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI* (3a ed.). Campinas, SP: Autores Associados.
- Lopes, A. P. C. (2006). Das escolas reunidas ao grupo escolar: a escola como repartição pública de verdade. In *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)* (pp. 81-107). Campinas: Mercado de Letras. Recuperado em 23 de julho de 2023, de https://www.academia.edu/42048530/GRUPOS_ESCOLARES_CULTURA_ESCOLAR_PRIM%C3%81RIA_E_ESCOLARIZA%C3%87%C3%83O_DA_INF%C3%82NCIA_NO_BRASIL_1893_1971
- Mazzotta, M. J. da S. (2011). *Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas* (6a ed.). São Paulo: Cortez.
- Melhor assistência para os retardados. (1955, 21 de março). *Folha Mineira*.



Minas Gerais. (1927). *Constituição (1927). Decreto nº 7.970 - A, de 15 de outubro de 1927. Aprova o Regulamento do Ensino Primário.* Uberaba, MG, p. 1139-1299. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105945>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Minas Gerais. (2014). *Guia de Orientação nº 3, de maio de 2014: Guia de Orientação da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais* (pp. 4-35).

Nossa história. (2022). Movimento Pestaloziano. FENAPESTALOZZI. Disponível em: <https://fenapestalozzi.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Miranda, A. A. B. (2008). Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. *Cadernos de História da Educação*, 7, jan./dez. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/1564>. Acesso em: 31 ago. 2023.

Musse, C. F. (2008). A trajetória do Diário Mercantil: alter ego da cidade de Juiz de Fora. In *Anais do 31º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (pp. 1-15). Natal: Intercom. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/r3-0491-1.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Oliveira, P. R. de. (2012). *Vinde a mim os pequeninos: políticas de educação e assistência às infâncias*. Juiz de Fora: Funalfa.

Oliveira, R., & Szymanski, L. (2021). “Crianças anormais” e a invenção da deficiência. *Psicologia da Educação*, 52, 131-135. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n52/n52a13.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2013.

Paprocki, J., Estevam, E., Souza, E. da P., & Mandim, A. P. L. G. (1957). Pestalozzi. *Revista Pestalozzi*, 1(1), Juiz de Fora.

Pestalozzi, Escolas Reunidas. (1956). *Livro de Exercício (1956–1990)*. Juiz de Fora.

Pestalozzi, Escolas Reunidas. (1957). *Livro de Resultados Finais (1957–1989)*. Juiz de Fora.

Rey, F. G. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação* (3a ed.). São Paulo: Cengage Learning.

Sassaki, R. K. (2006). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA.

Souza, M. das D. de. (1957). Relatório da Organização e Primeiro ano de trabalho nas Escolas Reunidas Pestalozzi de Juiz de Fora. In J. Paprocki, E. Estevam, E. da P. Souza, & A. P. L. G. Mandim, *Pestalozzi* (pp. 21-25). Juiz de Fora: Escolas Reunidas Pestalozzi e Sociedade Pestalozzi de Juiz de Fora.

Souza, Escola Estadual Maria das Dores de. (2019). *Projeto Político Pedagógico (PPP)*. Juiz de Fora.

Souza, Escola Estadual Maria das Dores de. (2014). *Regimento Escolar (RE)*. Juiz de Fora.



COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Gomes de Souza, B., & Pereira de Almeida , N. F. As AS ESCOLAS REUNIDAS PESTALOZZI NA CIDADE DE JUIZ DE FORA/MG ENTRE OS ANOS DE 1955 E 1956. HOLOS, 3(41). Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/18554>

SOBRE OS AUTORES**B. G. SOUZA**

Doutoranda e mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), instituição na qual também concluiu especialização em Esporte e Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência e graduação em Educação Física. Atua como professora de Educação Física, Dança e Ginástica na Prefeitura de Juiz de Fora e como tutora em Educação Física na UFJF.

E-mail: biag28@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9870-0192>

N. FRANCO

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor do magistério superior na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atuando na Faculdade de Educação Física e Desportos, no Departamento de Ginástica e Arte Corporal. Atuou anteriormente como docente no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Pontal do Araguaia.

E-mail: neilfranco010@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1276-8901>

Editora Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas Ad Hoc: Valéria Manna Oliveira



Recibido 24 de abril de 2025

Aceito: 03 de dezembro de 2025

Publicado: 22 de dezembro de 2025